

“Parar no tempo da vida focado em projetos que não deram certo é desperdiçar energia em um ciclo que não se renova. Às vezes, temos que reconhecer que a persistência não tem mais lugar e tudo o que nos resta é aprender a lição e seguir em frente à procura de novos horizontes se livrando do peso do que não cabe em nosso futuro.” (autor desconhecido)

O Boletim Informativo da Divisão de Biblioteca tem uma nova periodicidade, agora será mensal! Mudamos o nome da Seção “Espaço do servidor” para “Espaço do leitor”, que tem como objetivo alcançar todos os leitores que atuam no TJPA, servidores, magistrados, terceirizados e estagiários, para que possam contribuir com a nossa publicação encaminhando produção intelectual, divulgação de projetos, entre outros! Desejamos a todos uma boa leitura!

Divisão de Biblioteca

Equipe:

Elaine Ribeiro

Felicidade de Fátima

Josiane Neves

Lanalucia Figueiredo

Contato: 3205-3351

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Facebook: bibliotecaTJPA

Visite nossa página:

[http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-](http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml)

[Acontece.xhtml](http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml)

Você sabia?



“Sala dos Sumários na repartição criminal em Belém, um dos 13 termos em que se dividiu o Judiciário no Pará a partir de 1833.”

Fonte: PARÁ. Tribunal de Justiça. Tribunal de justiça do Estado do Pará: 140 anos. Belém: Tribunal de Justiça, 2014. 249p.

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do **Diário da Justiça** no período de **19 de dezembro à 31 de janeiro**, para cadastro na base da Biblioteca:

Portaria nº 5861/2016-GP, 19 de dezembro de 2016 - Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Portaria nº 5863/2016-GP, 19 de dezembro de 2016 - Altera, ad referendum do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Resolução nº 33, de 7 de dezembro de 2016.

Portaria nº 5890/2016-GP, 19 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a implantação das Turmas de Direito Público e de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Portaria nº 5891/2016-GP, 19 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a implantação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Turmas de Direito Público e de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Provimento Conjunto nº 014/2016 - CJRMB/CJCI - Altera a redação do art. 1º do Provimento Conjunto nº 008/2015-CJRMB/CJCI e atualiza o valor de comercialização dos selos de segurança, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 015/2016 - CJRMB/CJCI - Dispõe sobre a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual nº 8.331, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 016/2016-CJRMB/CJCI - Dispõe sobre a remessa de documentos referentes à condenação de policiais militares a pena privativa de liberdade superior a 2 anos (denúncia, sentença, certidão de trânsito em julgado) ao Procurador de Justiça Militar.

Portaria Conjunta nº 004/2016-GP/CJRMB/CJCI - Prorroga a vigência das condições especiais de parcelamento estabelecidas na Portaria Conjunta nº 003/2016-CJRMB/CJCI.

Portaria nº 03/2016-ESM - Dispõe sobre o Grupo Gestor do credenciamento da Escola Superior da Magistratura no Conselho Estadual de Educação.

Portaria nº 0052/2017-GP, 09 de janeiro de 2017 - Torna Público que, no período de janeiro a dezembro de 2017, não haverá expediente no Poder Judiciário do Estado do Pará, nas datas definidas como feriados nacionais e estaduais definidos no anexo I.

Portaria nº 0073/2017-GP, 09 de janeiro de 2017 - Suspende o atendimento externo, no período de 10 a 13 de janeiro de 2017, nas Secretarias das Câmaras Cíveis Reunidas e Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Portaria n° 0142/2017-GP, 11 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre a **implantação das Turmas de Direito Público e de Direito Privado** do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Emenda Regimental n.º 06 de 11 de janeiro de 2017 - Altera o parágrafo único do artigo 6º da Emenda Regimental n.º 5/2016 e **acrescenta o art. 345-A ao Regimento Interno** do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Resolução n° 01, de 11 de janeiro de 2017 - Altera a **Resolução n.º 33**, de 7 dezembro de 2016.

Resolução n° 02, de 18 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre a **alteração do art. 2º da Resolução n.º 34** de 14 de dezembro de 2016 no que se refere ao prazo de entrada de sua vigência.

Resolução n° 03, de 18 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre a **instalação da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Canaã dos Carajás**, redefine as competências, renomeia as Varas, e dá outras providências.

Resolução n° 04, de 18 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre a **instalação da Vara Criminal da Comarca de Novo Progresso**, redefine as competências, renomeia as Varas, e dá outras providências.

Resolução n° 20 de 22 de junho de 2016. Aglutina as Regiões Judiciárias redefinidas pela Resolução n° 17/2007-GP, modificada pela Resolução n° 010/2013-GP, para efeito exclusivo de regionalização de magistrados substitutos. **(Republicada por retificação – DJ. 20/01/2017)**

Portaria n° 0273/2017-GP, 19 de janeiro de 2017 - Institui **Grupo de Trabalho** para coordenar as ações pertinentes ao **célere processamento e julgamento de feitos criminais** em trâmite no primeiro grau, bem como supervisionar esforço concentrado, no segundo grau, alusivo a ações e **recursos de natureza penal**, com priorização, em ambos os casos, dos processos que envolvam **réus presos**.

Emenda Regimental n.º 07 de 25 de janeiro de 2017 - Altera o art. 28, inciso VII, art. 30, inciso I, alínea *a*, art. 112, *caput*, art. 137, §2º, art. 184, *caput* e §3º, art. 185, *caput*, art. 190, §§1º e 3º, art. 191, §2º; acrescenta o inciso III, ao art. 138, o art. 140-A, o §4º ao art. 184, os §§ 1º e 2º ao art. 185, §3º ao art. 188 e §2º ao art. 195; e, revoga a alínea "b", do inciso I, do art. 29-A e o Parágrafo Único do art. 110 ao **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará** e dá outras providências.

Resolução n.º 05 de 25 de janeiro de 2017 - Altera o art. 7º, inciso II da **Resolução n.º 007/2008-GP**.

Resolução n.º 06 de 25 de janeiro de 2017 - Institui e regulamenta o **Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas** - CGLGP.

Resolução n.º 07 de 25 de janeiro de 2017 - Altera o §1º, do art. 9º do **Regimento Interno do Departamento de Documentação e Informação** do TJE-PA, instituído pela Resolução 09/92; acrescenta os anexos I, II e III, e dá outras providências.

Resolução n.º 08 de 25 de janeiro de 2017 – **Extingue o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)** e Institui o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) no âmbito da Coordenadoria de Recurso Extraordinário e Especial (CREE).

Resolução n.º 09 de 25 de janeiro de 2017 - Disciplina a **gestão documental** dos autos de **agravo de instrumento**, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Legislação

FEDERAL

Decreto nº 8.935, de 19 de dezembro de 2016 - Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 764, de 26 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público, em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. [Clique aqui](#)

Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 - Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 - Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. [Clique aqui](#)

Lei Complementar nº 157, de 29 de dezembro de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017 - Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 767, de 6 de janeiro de 2017 - Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. [Clique aqui](#)

Decreto nº 8.954, de 10 de janeiro de 2017 - Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto de 18 de janeiro de 2017 - Cria a Comissão de Reforma do Sistema Penitenciário Nacional. [Clique aqui](#)

ESTADUAL

Lei nº 8.448, de 26 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a inserção nos endereços eletrônicos dos órgãos públicos do Estado do Pará, de atalho para acesso a bancos de dados de pessoas desaparecidas. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.667, de 27 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre as regras de governança destinadas às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado do Pará, na forma do § 3º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.454, de 28 de dezembro de 2016 - Altera dispositivos da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias - ICMS. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.455, de 28 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre as taxas no ambiente do Poder Executivo. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.457, de 28 de dezembro de 2016 - Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 6.439, de 14 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o plano de assistência. [Clique aqui](#)

Lei Complementar nº 110, de 28 de dezembro de 2016 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002, que institui o Regime Previdência Estadual do Pará. [Clique aqui](#)

Lei Complementar nº 111, de 28 de dezembro de 2016 - Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Pará, fixa o limite máximo para concessão de aposentadorias e pensões de que trata art. 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar na forma de fundação e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei Complementar nº 112, de 28 de dezembro de 2016 - Altera dispositivos da Lei complementar nº039, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre Regime de Previdência Estadual do Pará, e dá outras providências.

[Clique aqui](#)

Decreto nº 1.668, de 28 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.671, de 28 de dezembro de 2016 - Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

[Clique aqui](#)

Lei nº 8.460, de 3 de janeiro de 2017 – Dispõe sobre a elevação à 2ª Entrância das Comarcas de Canaã dos Carajás e Novo Progresso; Criação de duas unidades judiciárias. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.461, de 5 de janeiro de 2017 - Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.462, de 5 de janeiro de 2017 - Regulamenta o Sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito, na jurisdição do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.687, de 26 de janeiro de 2017 - Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

[Clique aqui](#)

MUNICIPAL

Lei nº 9.260 de 29 de dezembro de 2016 - Institui no Calendário Oficial do Município de Belém o Dia Municipal da Conquista do Voto Feminino no Brasil a ser comemorado, anualmente no dia 24 de fevereiro, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.268 de 13 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a coleta de medicamentos vencidos ou não utilizados por pontos de venda de medicamentos instalados no Município de Belém, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Notícias Seleccionadas

STF

STF garante prosseguimento de concurso para cartórios na BA. [Leia mais](#)

Ministro rejeita ação que questionava reorganização de cartórios em Manaus. [Leia mais](#)

STJ

Empresária e professora permanecem presas por crime de tortura em Rio Verde (GO). [Leia mais](#)

Dono de consultório odontológico acusado de torturar funcionário deve permanecer preso. [Leia mais](#)

MPPA

Santarém- após atendimento no MPPA, inquérito policial é instaurado para apurar caso de professora. [Leia mais](#)

TRIBUNAIS ESTADUAIS

TJMA

Calendário 2017 do TJMA em formato digital já está disponível para consulta e download. [Leia mais](#)

TJCE

Mãe de preso que faleceu em presídio deve receber R\$ 120 mil do Estado. [Leia mais](#)

TJSC

Imprudência de motociclista culmina em acidente, perna quebrada e indenização negada. [Leia mais](#)

Obras Disponíveis no Acervo da Biblioteca

Acervo Jurídico



Acervo Projeto Leitura Livre



Espaço do Leitor

DIEGO ALEX DE MATOS MARTINS - 4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE/ Belém



Especialista em Ciências Criminais e em Direito Constitucional. Atualmente, está cursando Mestrado em Segurança Pública UFPA. Há sete meses publica nas redes sociais (Facebook, Instagram e Youtube) vídeos e textos com dicas jurídicas sobre Direito penal, civil e trabalhista.

Contato: 3272-7217/4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.

Diego fala um pouco sobre o projeto denominado "Direito sem formalismo" e o "Quadro sobre comunicação jurídica de excelência".

"O Projeto denominado **Direito sem formalismo** surgiu com a proposta de simplificar temas jurídicos e permitir que a população se aproprie de determinados conhecimentos independentemente de ser da área jurídica ou não, ou seja, visa democratizar o conhecimento jurídico que geralmente permanece restrito a parcela da população. Já o **Quadro sobre comunicação jurídica** é fruto de uma parceria firmada com a fonoaudióloga Ana Carolina Almeida e visa dar dicas sobre como os operadores do direito podem se expressar com excelência em público."

PROJETO DE VIDA



Para conquistarmos nossos sonhos e objetivos temos que levar em consideração três aspectos diferentes. Primeiro é necessário definir o **Sentido da Vida**, segundo, defina seus **Objetivos na Vida** e por fim estabeleça suas **Metas Diárias**. [Saiba mais](#)